

É SUBALTERNO OU SUBVERSÃO?:

Das Ações Afirmativas ao Rompimento com o Epistemicídio¹

Rafaela Rodrigues de Paula - (Mestrado Antropologia Social PPGAN-UFMG)

Steffane Pereira Santos - (Graduação em Ciências Sociais - UFMG)

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Epistemicídio; Produção Epistêmica.

INTRODUÇÃO

Não tem dor que perdurará
Nem o teu ódio perturbará
A missão é recuperar
Cooperar e empoderar
(Eminência Parda, Emicida Dona Onete, Jé Santiago e Papillon [2019])

As ações afirmativas demarcam uma nova etapa da produção epistêmica no cenário das universidades públicas brasileiras. Aponta para o horizonte onde corpos negros ingressaram não apenas enquanto corpo físico, mas enquanto história, vivência e experiência. Em um processo que resgata o que nos foi tirado: o acesso à educação formal.

Nos foi, pois este trabalho é escrito por duas pesquisadoras negras, antropólogas e cotistas. E estamos em diálogo com os que vieram antes de nós, desafiando o fazer antropológico e resgatando para o centro dessa comunicação a nossa experiência (SCOTT, 1998). Cabe apontar que propomos uma forma específica de condução da narrativa em tela, articulando sobre nossas experiências subjetivas e nos propondo a fazer um trabalho de revisão bibliográfica apreendendo contribuições acerca das ações afirmativas no país e a produção epistêmica situada (HARAWAY, 1995).

O presente trabalho é dividido em quatro seções. A primeira delas, busca explorar sobre o processo de implementação das ações afirmativas no Brasil. Enquanto um resultado da articulação incessante dos movimentos negros brasileiros e aborda dados e percepções sobre sua vigência e instituição. A segunda seção se debruça a explorar o corpo enquanto um produtor de saberes pensando sobre o *locus* de um corpo negro e cotista, arraigado às suas subjetividades e experiências, inserido na universidade. A terceira se dedica a mapear coletividades inseridas nas universidades

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

brasileiras que atuam no enfrentamento da modificação dos currículos dentro das Ciências Sociais, mobilizando as experiências de algumas universidades. A última seção desta comunicação versa sobre a perspectiva que está incorporada sobre a produção epistêmica, que compreende a presença de uma epistemologia dominante que paira sobre os modos de fazer, engendrando silenciamentos.

LEI DE COTAS, PARA ALÉM DO INGRESSO DE PESSOAS NEGRAS

Neste ano de 2022, celebramos os dez anos da Lei Federal nº 12.711 sancionada em Agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, a qual garante a reserva de 50% das matrículas por curso nas universidades e instituições federais do país. Tais vagas são direcionadas para estudantes egressos de escolas públicas, desse total metade para aqueles com renda per capita familiar de até 1,5 salário mínimo, e outra metade das vagas para cotas raciais e de deficiência, essas últimas são proporcionais aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em relação a quantidade de indígenas, negros (pretos e pardos) e pessoas com deficiência da unidade da Federação onde está situada a universidade ou instituição federal (BRASIL, 2012).

Especificamente tratando do ingressos de pretos e pardos pela reserva de vagas, as pesquisas subsequentes à implementação da Lei, não deixaram dúvidas quanto à relação causal entre tal Lei e o aumento de matrículas de pessoas negras nas universidades. Analisando os ingressos por meio de reserva de vagas raciais em comparação ao total de ingressos feito de universidades federais e estaduais, captados pelo Censo da Educação Superior (CES) entre os períodos de 2009 e 2016, pesquisadores indicaram um crescimento de quase 10 vezes mais alunos no último ano do período em relação ao período inicial, sendo o número de cotistas crescendo em ritmo superior ao crescimento geral dos ingressos das universidades (OLIVEIRA; VIANA; LIMA, 2019).

A pesquisadora Tatiana D. Silva (2020) em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em recente relatório a partir dos dados disponibilizados em 2017 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) e pelo Censo da Educação Superior (CES), também aponta para o aumento do Índice de Inclusão Racial (IIR) nas universidades, argumentando o acesso por meio de vagas reservadas de 13% para mais de 39% entre 2012 e 2017 (SILVA, 2020).

Assim dizendo, não há dúvidas em relação a efetividade das cotas raciais para aumento da inclusão e acesso de pessoas negras nas universidades. Esse ano, na celebração aos dez anos, prevê uma revisão em torno da lei, e seus efeitos a longo prazo em relação ao seu objetivo inicial, enquanto política de ação afirmativa, de diminuição, ou até liquidação de desigualdades, na instituição de uma igualdade de oportunidades (MATTOS, 2018). No presente trabalho queremos apontar uma revisão que precisa ser vista da amplitude que a Lei de Cotas, especificamente a reserva de vagas para negros (pretos e pardos) proporcionou/a ao longo desses anos, mudanças que extrapolam o ingresso de estudantes negros no ensino superior, como também tem provocado “paulatinamente, modificações na própria cultura universitária” (MATTOS, 2018, p.338) e nas trajetórias de estudantes negros.

Carvalho (2011) alerta para a potência de se contar as trajetórias dos cotistas, como parte fundamental para se pensar essa política de ação afirmativa e seus alcances. Cada história, mesmo que ao trazer as suas especificidades dos diversos contextos, carregam suas semelhanças que não apenas contam um pouco do perfil dos cotistas que foi se formando ao longo dos anos, mas também, traz contribuições para novas trajetórias de cotistas que puderam se formar e novos caminhos para essa política.

Este trabalho em tela, está ainda em construção, que por ora, irá se ater a experiências situadas e coletivas. Permitam então, que nós contemos um pouco da nossa história: somos Rafaela e Steffane, duas mulheres negras, com vinte e dois anos, ambas ingressas pela reserva de vagas de cotas raciais no ano 2018 no curso de graduação de Ciências Sociais. Egressas de escolas públicas de Minas Gerais, respectivamente das cidades de Oliveira e Santa Luzia. Somos integrantes do Coletivo Retomas Epistemológicas, juntamente com outros colegas negros (cotistas e não cotistas).

O Coletivo Retomadas Epistemológicas, fundado por estudantes de Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2019, entre elus, nós, autoras desse trabalho, nasceu com o intuito de tensionar os currículos bases de matérias obrigatórias do curso. A ausência de autoras negres e indígenas, bem como de não brancos de uma maneira geral, demarca propriamente a dimensão do racismo e da colonialidade que atravessa a estrutura institucional. A tensão junto ao corpo docente trouxe embates complexos envolvendo perspectivas não apenas epistemológicas, mas também metodológicas.

E é nesse espaço da Universidade pública, na experiência diária enquanto estudantes negras, e no Coletivo Retomadas que nós encontramos, passando a contribuir

e fazer parte da história da Lei de cotas, e está a fazer parte e construir uma parte da nossa história também. A Lei de Cotas pode ser contada, explorada e revistada de diversos pontos e poderíamos dizer porque não saberes situados (HARAWAY, 1995), nos propomos aqui a visibilizar nossas experiências enquanto cotistas numa expectativa como coloca Scott (1998) que tal visibilização ofereça para além da historização, mas tem uma criticidade e principalmente pontos de partidas para novas histórias de cotistas que irão chegar.

A PRODUÇÃO DO SABER SOBRE O CORPO

O ingresso dos estudantes cotistas nas Universidades provoca mudanças significativas nas trajetórias desses, para além de transformações no âmbito profissional, percebe-se ao longo da trajetória universitária modificações subjetivas nesses corpos.

Carvalho (2021), por exemplo, apontou a transcendência e potência das ações afirmativas para além do ingresso dos estudantes negros/as, ao verificar as modificações estéticas dos estudantes negros/as ao longo do curso de graduação. Segundo o autor as ações afirmativas “têm promovido também uma reforma na constituição da estética corporal, no autorreconhecimento e na auto afirmação dessas pessoas” (CARVALHO, 2021, p.36). Assumir os cabelos cacheados e crespos, deixarem eles crescerem, passar por processos de transições capilares², usos de tranças e outros adereços, camisas com mensagens e desenhos de intelectuais negros/as, tudo isso passa a compor a estética corporal desses estudantes.

Relembro ao início da graduação em 2018, quando eu, Rafaela, ao adentrar na universidade no começo do processo da minha transição capilar, depois de longos sete anos com os cabelos alisados, recordo da sensação de ter sido uma boa escolha ter realizado essa transição no início da experiência universitária. Por ali ter tido o contato com outras mulheres negras com os cabelos crespos e cacheados, e também por ser o espaço no qual entendia a partir de leituras e espaços de partilhas a dimensão política da estética para nós corpos negros, especificamente negros femininos (GOMES,2012).

² A “Transição Capilar” é caracterizada pela passagem dos cabelos quimicamente tratados para a textura natural, principalmente os cabelos cacheados e crespos. Tendo o seu surgimento nos Estados Unidos, logo ganhou muitas adeptas no Brasil, sendo impulsionado pelas redes sociais. Tal movimento tem como referências, jovens que passaram por essa experiência de modificação, que transforma, aos poucos, as suas imagens e que influencia diretamente em suas autoestima (MATOS, 2016, p.845).

Colen e Jesus (2022) apontam esse processo, que nós cotistas fazemos de apoderar a produção do saber sobre o corpo, ao tomar contato dos intelectuais negros, os discursos por eles difundidos a partir das leituras, e também o convívio com outros estudantes negros/as nas universidades, passa-se a assumir esses discursos e conhecimento nas nossas manifestações estéticas/corporais, exercendo ali na universidade como o espaço seguro (COLLINS, 2019) para expressar nossa negritude.

Como aponta Gomes (2017), o corpo e estética negra no Brasil foi durante muito tempo alvos de diversas violências, nos ambientes institucionais esses foram tolhidos de diversas maneiras, assim esse processo de assumir e “expressar a negritude começa a ser percebido socialmente como uma forma positiva de expressão cultural e da afirmação da identidade” (GOMES, 2017, p.94-95) e como complementa a educadora “A identidade se constrói de forma coletiva, por mais que se anuncie individual” (GOMES, 2017, p.94).

E tal coletividade que vai sendo manifestadas de diversas formas nas trajetórias e convívio entre nós cotistas, é o que ressaltado por Steffane Santos (2022), também autora do presente texto, na abertura da sua monografia ao reafirma-se e autodefinir sua trajetória no encontro com o Coletivo Retomadas Epistemológicas. Santos afirma (2022):

A minha permanência na universidade se deve ao Coletivo Retomadas Epistemológicas, criado em 2019. O coletivo anti epistemicídio que nasceu com o intuito de inserir autoras negras e indígenas no currículo básico do curso de Ciências Sociais na UFMG. O Retomadas é antes de tudo uma virada de chave que mostrou a todas epistemologias outras e formas contra hegemônicas de produzir conhecimento. A Gestão Ponta de Lança do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, primeira gestão majoritariamente negra na qual fui coordenadora, teve também um papel crucial na minha formação. Foi através da troca incessante principalmente pelo Coletivo e a minha leitura de Lélia Gonzalez, que tive certeza em me afirmar enquanto uma feminista negra. Pelas muitas mulheres negras que vieram antes de mim e que enegreceram o feminismo, como nos aponta Sueli Carneiro (2003). (SANTOS, 2022, p.14)

E toda essa potência do caminhar de nós cotistas, é travado com constantes embates e tensões na permanência de um espaços que nos permite construir novos processos de auto definições (COLLINS, 2019) e autoafirmação, mas que é contrastado com empates e sobrevivência a permanência de um mesmo espaço ainda tão embranquecido e que nos violenta de diversas formas.

A permanência de estudantes cotistas, têm sido um dos grandes desafios para cotistas e pesquisadores negres³ ao terem que enfrentar (muitas vezes suportar) diretamente preconceitos e obstáculos nas relações de convívio das universidades, bem como, uma violência epistêmica nas formações curriculares (CARVALHO, 2021). Como bem aponta Jesus (2011), às cotas raciais, enquanto uma modalidade das políticas afirmativas devem vir acompanhadas de um ideal maior que o ingresso de tais pessoas, mas vir acopladas por ações afirmativas, que busquem uma permanência de qualidade para essas pessoas dentro do ensino superior.

TENSÕES NA PRODUÇÃO DO SABER

Os cotistas passam a entrar nas universidades e a questionar esse espaço e toda estrutura ali presente dos professores aos currículos, promovendo “tensões curriculares” (CLEMENCIO, 2019) dentro do espaço acadêmico. Essa espécie de tensão é abordada por Arroyo (2012), ao eleger como Outros aqueles que antes não pertencentes e nem alvos de determinados espaços, no entanto, passam a ocupá-los e a questioná-los, especificamente, o educador se questiona: “Em que aspecto essas presenças afirmativas de Outros Sujeitos, interrogam as teorias pedagógicas e pressionam por Outras pedagogias? (ARROYO, 2012, p.26)

A questão colocada pelo educador, é traçar um caminho para perceber em que medida a tensão gerada no espaço acadêmico, está justamente ligada a formação do público alvo que esse espaço, estrutura institucional e curricular foi pensada. É extremamente necessário deixar de enxergar os currículos da educação como um todo, como um simples processo de transmissão de conhecimentos e conteúdo (CLEMENCIO, 2019; GOMES, 2012), mas sim o currículo como uma transmissão de conhecimento e conteúdo que tem “um caráter político, cultural, racial e histórico e constitui uma relação social, no sentido da produção de conhecimento nele envolvido, que se realiza por meio de uma relação entre pessoas” (CLEMENCIO, 2019, p.151).

E é exatamente esse lugar que os cotistas têm se articulado e movimentado “reivindicado o seu reconhecimento, provocando tensões, ao se articularem em prol de seus valores, estéticos, étnicos, de saberes, conhecimentos, linguagens, formas de

³ Em vários momentos dessa comunicação a linguagem neutra é mobilizada. Ver: CASSIANO, Ophelia. Guia para “Linguagem Neutra” (PT-BR). **Medium**. Disponível em: <<https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-brf6d88311f92b>>. Acesso em: 17 de abr. de 2022.

pensar o real e de pensar-se, por vezes não presentes nos currículos dos Cursos” (CLEMENCIO, 2019, p.151). Vimos acima as diferenças numéricas de acesso à universidade pela população negra brasileira ao longo dos anos, explicitando assim, quem foi o público alvo durante anos das universidades, quem era a maioria nas salas de aulas. Seria muita inocência acreditar que mudando (ainda que lentamente) o perfil dos estudantes universitários, poderiam se continuar pensando em uma mesma universidade, um mesmo currículo.

A pergunta que nos permeia enquanto estudantes oriundas das ações afirmativas, é como essas questões não foram pautadas pelo corpo docente? Como não houve incorporação de autoras pós-coloniais e decoloniais após tanto tempo? Cabe apontar também que a Universidade Federal de Minas Gerais, a qual pertencemos, foi uma das últimas universidades a fazer a incorporação das ações afirmativas, à fazendo em 2012 após a lei que a obrigava. Esta ressalva é crucial, sobretudo porque outras universidades como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) executaram as ações afirmativas antes de 2010.

A tensão curricular, que inicialmente pode se apresentar como uma mera reivindicação de um currículo diverso, abre caminhos para outras tensões dentro desse espaço. É o que demonstrando por Silva (2021), ao relatar o incômodo e descontentamento de um professor universitário da Universidade Federal de Minas Gerais, em relação a reivindicação realizada pelo nosso Coletivo Retomadas Epistemológicas (RE), o autor relata a posição do professor do curso, em colocar de forma debochada e desrespeitosa a demanda de tal coletivo em suas redes sociais, alegando uma falsa neutralidade dos currículos.

Como aponta Clemencio (2019), o questionamento dos currículos faz com que pensemos um novo projeto educativo dentro das universidades, que inclusive questiona o modo de atuação dos docentes, os quais por vezes se estacionaram nos espaços confortáveis de seus gabinetes e pesquisas, e que quando são questionados ou interpelados por esses novos estudantes, continuam parados num lugar de relutância aos questionamentos.

O Coletivo Retomadas Epistemológicas operou dentro do curso de graduação, uma modificação nos modos de operação e condução da transmissão do conhecimento que atravessou discentes e docentes. À circulação das inquietações discentes de um coletivo, foram expostas ao resto do corpo discente que, de maneira autônoma, passou a

ler e estudar, bem como mobilizar em seus trabalhos nos eixos das disciplinas perspectivas contra-hegemônicas.

Não apenas na UFMG, mas a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), apresentou movimentação no mesmo sentido, tensionando a operação epistemológica das universidades públicas brasileiras. O próprio diálogo travado pelo Retomadas Epistemológicas com outras universidades com estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) demarca essa multidimensionalidade do entrave frente ao racismo e à colonialidade.

Importante ressaltar que esses questionamentos aos currículos das universidades, que se estende a outras práticas e relações ali presentes, “não se limitam a criticar e desestabilizar as bases da pedagogia hegemônica, mas constroem e afirmam Outras pedagogias” (ARROYO, 2012, p.30), e é exatamente essa Outra pedagogia, esse Outro currículo, essa Outra prática docente que é a aterrorizada e geradora de mais tensões. Ao mesmo tempo, que não são os cotistas ou outros estudantes negres que criam essa oposição entre os currículos, mas sim, a impossibilidade e não abertura do currículo “reconhecido” para a inclusão das demandas que esses estudantes apontam que fazem esse lugar de oposição como único possível de sobrevivência para essas demandas e produções de conhecimento.

Arroyo (2012) irá apontar como colocar demandas de povos subalternizados como Outras, ao mesmo tempo que afirma o lugar hegemônico de uma produção de conhecimento, também gera uma exclusividade nesse “latifúndio do saber” (ARROYO, 2012,p.33).

O QUE SE ALINHA NO HORIZONTE? DESLOCANDO A PRODUÇÃO EPISTÊMICA

A produção epistemológica é constituída de um campo de disputa de poder. Grupos dominantes são detentores de formas de validação hegemônicas dentro do processo epistemológico. Que por sua vez, estipula aquilo que acreditamos e porque. Há assim, porém, um mito da neutralidade e a perspectiva falaciosa de um único sujeito produtor de conhecimento.

Essa dimensão atravessada pelo racismo e colonialidade⁴, não incorpora que o grupo dominante que aponta os critérios de validação epistêmica em contexto ocidental e ocidentalizado é propriamente homogêneo, formado por homens brancos, cis-heterossexuais e localizados geograficamente e epistemologicamente no eixo norte do mundo. Existe, portanto, um sujeito do conhecimento hegemônico personificado enquanto masculino, branco, cis-heterossexual e de classe privilegiada, que perpetra uma forma mono de legitimação epistêmica (COLLINS, 2019).

Assim, como traz Michel-Rolph Trouillot (2016), qualquer narrativa histórica é, antes de tudo, um conjunto de silêncios. Qualquer narrativa é parcial. Na mesma direção em que Donna Haraway (1995) aborda que a história é uma estória, contada por entusiastas da cultura ocidental e a ciência por sua vez, elucida antes de tudo, um campo de poder.

Nessa mesma perspectiva, reiteramos que qualquer narrativa epistemológica é um conjunto de silêncios. Na medida que se vislumbra uma perspectiva mono da produção epistemológica suprime-se modos contra-hegemônicos de produção do conhecimento, os desqualifica, mas não apenas isto, silencia os corpos não brancos, haja vista que estes são despojados de serem compreendidos enquanto sujeitos epistemológicos e colocados em condição de Outridade, que por sua vez, sob luz das contribuições de Grada Kilomba (2019), é tudo com o que a branquitude não quer se parecer, são corpos que não pertencem, isto é, não são passíveis de serem compreendidos enquanto sujeitos. E isso é apresentado junto à produção de saberes.

O processo aqui elucidado é nomeado de epistemicídio. Criado pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos mas ampliado incorporando outras nuances pela filósofa Sueli Carneiro (2005), epistemicídio é o processo de produção de indigência cultural. E atua na desqualificação do conhecimento produzido por corpos subalternizados e também, enquanto um mecanismo que impede o acesso e permanência de sujeitos não brancos no cerne da educação formal.

O epistemicídio, enquanto uma ferramenta sofisticada, coloca em curso o impedimento da inserção de pessoas negras dentro dos ambientes acadêmicos. Aponta para a máxima abordada por Gayatri Spivak (2010), o sujeito subalternizado não pode

⁴ Colonialidade pois estamos dizendo sobre a perpetuação de práticas coloniais em um contexto contemporâneo, que extrapola o tempo-espço histórico da colonização, tendo em vista que as relações sociais são perpassadas por estas. Ver as contribuições “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” (2005) e “Colonialidade do poder e classificação social” (2009) de Anibal Quijano.

ser ouvido ou lido. E por isso, a defesa e ampliação das ações afirmativas, é um tratado a ser feito frente ao racismo e à colonialidade.

O epistemicídio se incorpora numa perspectiva complexa que alicerça a dimensão estrutural e relacional da produção epistêmica e da validação epistemológica. Atingindo também o que tange a não publicação de obras realizadas por autoras não brancas. Especificamente dentro da Antropologia, o não reconhecimento da extensa obra da antropóloga estadunidense Zora Neale Hurston, apesar de seu trabalho estar em diálogo e cooperação direta com pensadoras como Franz Boas e Margareth Mead, demarca a materialização do epistemicídio. Hurston compreendeu-se enquanto pioneira nos estudos culturalistas, incorporando práticas culturais, entre elas, aspectos da religiosidade em seus trabalhos através do Vodou Haitiano.

Em continuidade, defende-se propriamente, na presente comunicação, que todos os saberes são construídos em perspectiva parcial. Que incorpora dinâmicas da experiência. A experiência é um dos pontos de partida do interesse e postulação de questões de pesquisa, como traz Angela Figueiredo (2019). Existe uma relação entre a experiência vivida e a escolha de temas de pesquisa. Isto posto, é possível vislumbrar com o ingresso de estudantes negres e indígenas, pelas ações afirmativas, um novo horizonte na agenda de pesquisa dentro das Ciências Sociais.

Assim, isso se apresenta não apenas na experiência como condução do critério de significado, como parte constituinte das produções, como justificativa para a escolha de determinada abordagem ou a formulação de questões de pesquisas, mas apresenta, por sua vez, um giro epistemológico, que descentraliza a produção do conhecimento de um eixo euro-norte-americano na seleção de intelectuais e conceitos a serem trabalhados.

Há, portanto, uma retomada de produções de autoras negres, indígenas, latino-americanas (GONZALEZ, 2020 [1988]) e caribenhos dentro das Ciências Sociais, dez anos após as ações afirmativas com o início da consolidação da presença contra-hegemônicas nas universidades. Os corpos não brancos passam a ocupar o espaço das universidades públicas brasileiras e passam a trazer a teoria dos pontos de vista como algo centralizado (COLLINS, 1997). O lugar epistemológico do olhar permeia os modos de fazer epistemológico nesse contexto. Fazendo com que a escolha por autoras as quais se decide dialogar, seja atravessada por esta visão intrínseca a nós mesmos - à experiência.

O que estamos dizendo é que todo conhecimento é situado. Mas a visão falaciosa do corpo branco como sujeito uno, fez crer no cerne dos modos de fazer dentro das Ciências Sociais de que esta perspectiva era neutra e imparcial.

Retomamos no presente um argumento anterior, a condução do processo epistêmico está arraigado às subjetividades e à experiência. É incompatível seguir com a reprodução de padrões sob luz de pensadores brancos. Nessa diretriz, as ações afirmativas no contexto brasileiro, trazem consigo uma descentralidade epistemológica, incorporando outros corpos como sujeitos⁵. Há nas ações afirmativas brasileiras, um movimento de retomada da voz, no que aborda Lélia Gonzalez (1984), um movimento de dizer em primeira pessoa, em assumir sua própria voz.

Estamos propriamente dizendo em alto e bom som o que faremos a partir de agora, desorganizando uma operação hegemônica. O presente trabalho não tem a presunção de fazer um levantamento quantitativo que levanta numericamente como tem se dado às produções acadêmicas no centro da universidade, mas um esforço que vai de encontro a pensar corpos enquanto arraigados às suas subjetividades e experiências como supracitado e logo, os indícios da adoção dessa perspectiva são visualizados na confecção de saberes.

Uma dimensão explorada anteriormente por Kilomba (2019), é de que compreender e adotar os saberes localizados é uma perspectiva que compreende a possibilidade de ser ouvido e validado enquanto conhecimento válido. E não como uma episteme que se situa no cerne de uma secundarização do saber, na medida que não é perpetrada por um grupo dominante. Uma vez que somos considerados Outro, o que conduzimos enquanto saber é tido enquanto parcial.

NÃO IMPLORA, PENHORA A BANDEIRA BRANCA: PARA ONDE VAMOS?

Como abordado ao longo desta comunicação, as subjetividades estão intrínsecas ao fazer epistemológico, consolidados através da experiência. Apresentando assim de maneira direta que os modos de fazer antropológico, estão imbricados à experiência vivida, enquanto critério de significado (COLLINS, 2019).

É preciso considerar, não obstante, quais são os horizontes de continuidade e manutenção da política de ações afirmativas após dez anos. Um caminho extenso foi percorrido até o presente momento. No entanto, ainda há muito a percorrer. No presente

⁵ Sujeites é mobilizado no presente sob luz das contribuições de Grada Kilomba.

mês, mês que escrevemos esta comunicação para a 33ª RBA, o primeiro docente titular negro da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) toma posse. Heron Godinho é o primeiro professor titular negro em 76 anos da instituição junto à Faculdade de Direito. Na cidade mais negra fora do continente africano, que é Salvador.

Isso, para compreender que dez anos na dimensão do último país do globo a abolir a escravização é incipiente. Ainda há muito a caminhar. Sobretudo em um contexto de inconsistência política e econômica, sob a luz do neoliberalismo e neoconservadorismo.

O atual momento é marcado também pelo corte massivo de investimentos nas universidades públicas. Onde no ano de 2022 o Ministério da Educação realizou o corte de cerca de 1,6 bilhões de reais do orçamento das instituições federais. O congelamento do valor de bolsas de pesquisa há mais de 20 anos, em um número massivo de instituições, sendo elas bolsas de Iniciação Científica, Iniciação à Docência, Monitoria, Apoio Técnico, Mestrado ou Doutorado, estão presentes na constituição desse cenário. Os desafios para a nossa permanência nesse cenário são ainda mais latentes.

A continuidade da política de ações afirmativas, deve implicar a sua ampliação. Compreendendo a multidimensão da inserção de corpos negros e indígenas nesse espaço sob legado de crises democráticas e econômicas. Colocando como pauta o impedimento da presença de corpos não brancos por fatores institucionais e inter-institucionais, no que tange o contexto de recessão econômica e instituições de poder e sociais enfraquecidas, imbuídas ainda a um momento pós-pandêmico de COVID-19.

Todo o cenário de enfraquecimento institucional, econômico e o deslocamento da pesquisa no Brasil ao descrédito dado o baixo incentivo, compreendem para corpos não brancos uma etapa outra do processo de epistemicídio (CARNEIRO, 2005), uma vez que sob luz de opressões interseccionais, pesquisadoras negres, indígenas e não brancos das classes mais baixas, se situam no impedimento da permanência acadêmica. Mas não apenas esses são afetados, como jovens são imbuídos a conduzirem-se ao mercado de trabalho devido ao contexto de dificuldades latentes de inserção nas universidades públicas brasileiras⁶. Mais uma vez, o racismo e a colonialidade podem ser enxergados.

⁶ O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que se compreende enquanto um exame para ingresso na Graduação em instituições públicas federais e estaduais do país, em 2014 dispôs de 8.722.910 inscrites. No ano de 2021, apenas 3.109.762 inscrições foram efetuadas.

A continuidade e manutenção das ações afirmativas no Brasil atuaria também em um processo de trazer às experiências e problemas de pesquisa antropológicos presentes no Sul global e epistemológico para o eixo central da disciplina antropológica. Como abordado por Raewen Connell (2012), o Sul global e pegando como experiência o caso brasileiro, experienciou processos coloniais específicos, o que nos faz ter questões epistemológicas para a Antropologia também situadas sob histórico da colonização brasileira, sendo o último país do mundo a abolir a escravização. Pesquisadoras e intelectuais negres, indígenas e não brancos, que emergem do contexto brasileiro compreendem olhar epistemológico marcados pela experiência vivida como supracitado.

Enquanto jovens pesquisadoras negras, somos marcadas pelas opressões interseccionais que nos cercaram e moldaram ao longo da nossa trajetória de vida e da vivência acadêmica, mas não apenas isso, mas como a demarcação da nossas vivências sob luz da cultura negra, através da musicalidade, religiosidade e estética. A episteme situada produzida por nós, enquanto mulheres negras cotistas, é marcada por um olhar: o olhar sofisticado de ser um Outro, sob a lógica do conhecimento dominante.

A nossa presença em espaços majoritariamente brancos como é o espaço acadêmico, subverte a lógica de operação desse locus, bem como demarcar o nosso dever de tornarmos sujeitas da produção epistemológica. As ações afirmativas tornam corpos não brancos, sujeitas da produção epistemológica. Nos deslocando da categoria de Outro e alicerçando novos impulsos para uma retomada dentro das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei. n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades; Lei de Cotas nas Universidades; Lei de Cotas Sociais. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, Seção 1, 30 ago. 2012, p. 1

CARVALHO, Sebastião Carlos Dos Santos. **O impacto das ações afirmativas na estética e na imagem corporal de jovens negros e negras da UNEB, Campus Guanambi**. 2021.237f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/38977>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CLEMENCIO, M. A. Considerações sobre currículo, diversidades e ações afirmativas no espaço acadêmico. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, Florianópolis, v.

3, n. 3, p. 149 - 159, 2019. DOI: 10.5965/25944630332019149. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/ensinarmode/article/view/15207>. Acesso em: 27 jul. 2022.

COLEN, NATÁLIA SILVA; JESUS, RODRIGO EDNILSON DE . As políticas de ações afirmativas e a (des) racialização da universidade: em debate a UFRB e seu projeto de universidade negra. **Educação e Políticas em Debate**, v. 11, p. 101-121, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Comment on Hekmans: Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited: Wheres is power?. **Signs**, vol 22. nº 02. Winter, 1997. p. 375-381.

_____. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, Raewen. A IMINENTE REVOLUÇÃO NA TEORIA SOCIAL. **RBCS**, vol. 27, nº 80, outubro, 2012.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em:< https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/5298127/mod_resource/content/1/%C3%89tnico-racial%202.pdf> Acesso em: 01 de Agosto de 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

JESUS, Rodrigo Edmilson de. Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: lutas por redistribuição e reconhecimento. **Paidéia (Belo Horizonte)**, v. VIII, p. 151-173, 2012.

_____. **Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**, Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MATTOS, Wilson Roberto de. Ubuntu: por uma outra interpretação de ações afirmativas na universidade. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p.319-340.

OLIVEIRA, Valéria Cristina de; VIANA, Mariana M. Gomes; LIMA, Luciana Conceição de. O Ingresso de Cotistas Negros e Indígenas em Universidades Federais e Estaduais no Brasil: Uma Descrição a Partir do Censo da Educação Superior. In: JESUS, Rodrigo Edmilson de. (Org.). **Reafirmando Direitos: Trajetórias de Estudantes Cotistas Negros(as) no Ensino Superior Brasileiro**. Belo Horizonte: Ações Afirmativas no Ensino Superior, 2019. p.135-170.

SANTOS, Steffane Pereira. **Nunca vai me achar onde me deixou: A epistemologia feminista negra e a produção epistêmica de mulheres negras no rap**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) 90f. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, n. 16, fev. 1998

SILVA, Tatiana. **Ação afirmativa e população negra na educação superior : acesso e perfil discente**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Texto para Discussão (TD), 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10102>>. Acesso em: 08 de Agosto de 2022.

SILVA, Tulio H. Gomes. **“Professor, como assim você nunca leu Lélia Gonzalez?”: Trajetórias e narrativas do Coletivo Retomadas Epistemológicas**. Monografia (Graduação Ciências Sociais) 72f. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

TROUILLOT, Michel-Rolph. 2016. **Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História**. Curitiba: Huya.